

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Leonardo da Silva Soares

**“O QUE NÃO TE CONTARAM SOBRE A ESCRAVIDÃO”: O
REVISIONISMO HISTÓRICO NO YOUTUBE COMO RESISTÊNCIA ÀS
COTAS RACIAIS**

Santa Maria, RS
2023

Leonardo da Silva Soares

**“O QUE NÃO TE CONTARAM SOBRE A ESCRAVIDÃO”: O REVISIONISMO
HISTÓRICO NO YOUTUBE COMO RESISTÊNCIA ÀS COTAS RACIAIS**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) – Campus Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do título de **Licenciado em História**.

Orientador: Prof. Dr. João Manuel Casquinha Malaia Santos

Santa Maria, RS
2023

Leonardo da Silva Soares

**“O QUE NÃO TE CONTARAM SOBRE A ESCRAVIDÃO”: O REVISIONISMO
HISTÓRICO NO YOUTUBE COMO RESISTÊNCIA ÀS COTAS RACIAIS**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) – Campus Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do título de **Licenciado em História**.

Aprovada em 15 de fevereiro de 2023

João Manuel Casquinha Malaia, Dr. (UFSM)
(UFSM) (Presidente/Orientador)

José Martinho Rodrigues Remedi, Dr. (UFSM)

Francisco de Paula Souza de Mendonça Júnior, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

RESUMO

“O QUE NÃO TE CONTARAM SOBRE A ESCRAVIDÃO”: O REVISIONISMO HISTÓRICO NO YOUTUBE COMO RESISTÊNCIA ÀS COTAS RACIAIS

AUTOR: Leonardo da Silva Soares

ORIENTADOR: Dr. João Manuel Casquinha Malaia Santos

Este artigo busca analisar discursos revisionistas de autores de extrema-direita no YouTube sobre a escravidão negra e como esses discursos se inserem em um movimento mais amplo de resistência à política de cotas raciais. A “Lei de Cotas” completou dez anos em 2022 e deve passar por uma revisão e, neste contexto, os discursos de resistência às cotas raciais se fortaleceram, inclusive, através da propagação de discursos históricos revisionistas sobre a escravidão negra. Os dois vídeos do YouTube escolhidos foram *O Tráfico de Escravos e a Origem da Escravidão no Brasil*, do canal Impérios AD, e *O que você nunca ouviu em um debate sobre a escravidão no Brasil*, do canal Brasil Paralelo. A partir de discussões de Pierre Vidal-Naquet (1988), Louie Dean Valencia-Garcia (2020) e Damião de Lima e Juliana Alves de Andrade (2021), foram observados a presença de alguns elementos de discursos históricos revisionistas, como a visão de História com presença de teorias de degeneração histórica e nostalgia por passados imaginados; a presença de elementos conspiratórios como a existência de uma “verdade ocultada” pela academia e pelos professores, que seriam tendenciosos; o falseamento, distorção ou dispensa de evidências, fontes e historiografia contrários. Os vídeos utilizam estes elementos de narrativas revisionistas e abordam, de forma distorcida, a existência de escravidão em África antes da chegada dos portugueses e participação de africanos no tráfico negreiro para construir uma narrativa revisionista de exaltação à colonização portuguesa, sua isenção de responsabilidade sobre a escravidão e minimização dos efeitos do racismo na formação da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Escravidão. Revisionismo Histórico. YouTube. Cotas Raciais.

ABSTRACT

“WHAT THEY DIDN'T TELL YOU ABOUT SLAVERY”: HISTORICAL REVISIONISM ON YOUTUBE AS RESISTANCE TO RACIAL QUOTAS

AUTHOR: Leonardo da Silva Soares

ACADEMIC ADVISOR: Dr. João Manuel Casquinha Malaia Santos

This article seeks to analyze revisionist discourses by far-right authors on YouTube about black slavery and how these discourses fit into a broader movement of resistance to the policy of racial quotas. The “Law of Quotas” completed ten years in 2022 and must undergo a revision and, in this context, the discourses of resistance to racial quotas were strengthened, including through the propagation of revisionist historical discourses on black slavery. The two YouTube videos chosen were *O Tráfico de Escravos e a Origem da Escravidão no Brasil*, from Impérios AD channel, and *O que você nunca ouviu em um debate sobre a escravidão no Brasil*, from Brasil Paralelo channel. Based on discussions by Pierre Vidal-Naquet (1988), Louie Dean Valencia-Garcia (2020) and Damiano de Lima and Juliana Alves de Andrade (2021), the presence of some elements of revisionist historical discourses was observed, such as the view of History with the presence of theories of historical degeneration and nostalgia for imagined pasts; the presence of conspiratorial elements such as the existence of a “hidden truth” by academia and professors, who would be biased; the falsification, distortion or dismissal of contrary evidence, sources and historiography. The videos use these elements of revisionist narratives and address, in a distorted way, the existence of slavery in Africa before the arrival of the Portuguese and the participation of Africans in the slave trade to build a revisionist narrative of exaltation to Portuguese colonization, its exemption from responsibility over the slavery and minimization of the effects of racism in the formation of Brazilian society.

Keywords: Slavery. Historical Revisionism. YouTube. Racial Quotas.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – O professor doutrinador	16
Imagem 2 – Interpretação distorcida de fonte	18
Imagem 3 – Representações da Escravidão	20
Imagem 4 – A colonização portuguesa	25
Imagem 5 – "A chaga da Escravidão"/ Barbeiros ambulantes, de Debret	27
Imagem 6 – Abolicionistas	27
Imagem 7 – Participante do documentário	28

“O QUE NÃO TE CONTARAM SOBRE A ESCRAVIDÃO”: O REVISIONISMO HISTÓRICO NO YOUTUBE COMO RESISTÊNCIA ÀS COTAS RACIAIS

Leonardo da Silva Soares
Graduando em Licenciatura em História

Em agosto de 2022 completaram-se dez anos da aprovação da Lei nº 12.711/2012¹ no Brasil, a “Lei de Cotas”. Esta lei instituiu a reserva de vagas a estudantes pretos, pardos e indígenas, pessoas com deficiência, e oriundos de escolas públicas em Universidades Federais. Segundo Bruna Cruz de Anhaia (2017), houve 13 anos de discussão no Congresso Nacional até a sua aprovação, incluindo também critérios raciais ausentes no projeto original. Adriano Souza Senkevics e Ursula Mattioli Mello (2019) afirmam que as cotas trouxeram resultados de inclusão positivos na maioria das Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras, especialmente em relação a ingressantes provenientes da rede pública e os autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

O texto da lei diz que ela deveria passar por uma revisão pelo Congresso ao completar 10 anos e este fato serviu para colocar este tema novamente no debate público, do qual, na verdade, ele nunca saiu. Segundo levantamento realizado pela Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), até janeiro de 2022, havia 67 projetos registrados no Congresso sobre o tema, sendo que 31 propunham retrocessos ao texto original, principalmente em relação à questão racial. Um exemplo é o projeto de lei do deputado federal paulista Kim Katagiri, do partido União Brasil e do movimento liberal conservador Movimento Brasil Livre (MBL), que propõe a retirada do critério racial da lei, permanecendo exclusivamente o critério de renda (BRASIL, 2021). Nas palavras do deputado:

Além de inconstitucionais, as políticas de discriminação positiva não fazem o menor sentido. Quem é excluído da educação é o pobre, que entra cedo no mercado de trabalho e depende dos serviços educacionais do Estado, que em geral são de péssima qualidade. A pobreza não tem cor: atinge negros e brancos. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022)

¹ LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em 02 fev. 2023.

A fala, ao defender o projeto, explicita alguns argumentos que são apresentados por setores conservadores contra as cotas raciais. Não sendo revisada no prazo inicial, a lei provavelmente passará por rediscussão na próxima legislatura que se inicia em 2023.

Resultado de décadas de luta do Movimento Negro, a política de cotas raciais sempre enfrentou resistências. Segundo Kabengele Munanga (2001), além da resistência de setores conservadores tradicionais, não era incomum no início dos anos 2000 posicionamentos de membros de organizações políticas de esquerda e da intelectualidade acadêmica contrários às cotas raciais com argumentos próximos ao senso comum. Isso diz muito sobre o enraizamento do racismo na sociedade brasileira.

André Ricardo Nunes Martins (2004), analisando discursos em grandes meios de comunicação, destacava a predominância de posicionamentos contrários à política de cotas raciais e formas dissimuladas com que discursos racistas apareciam naquele contexto pré-aprovação das políticas de cotas. Um episódio marcante de articulação político-jurídica contrária à política de cotas raciais foi o processo que alegava sua inconstitucionalidade, de autoria do partido conservador Democratas (DEM). A alegação foi julgada improcedente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2012, em importante vitória para os setores que defendem a necessidade da lei. Esta decisão também responde à falsa acusação do deputado Kim Kataguirí sobre inconstitucionalidade das cotas raciais.

As cotas raciais são uma política pública que tem como premissa tratar desigualmente os desiguais para se promover a efetiva igualdade. E a desigualdade racial no Brasil, que motiva esta política, só pode ser compreendida através de suas causas históricas, que se encontram na escravidão e na continuidade da discriminação no pós-abolição. Esta política de reparação histórica é o reconhecimento por parte do Estado da discriminação e seus efeitos no passado e no presente e, mesmo que tenha sido implementada tão tardiamente, é considerada uma importante conquista pelo Movimento Negro. Mas como o debate no Congresso mostra, ainda existem muitas resistências e a compreensão deste passado é parte central desta disputa.

Mesmo após 135 anos da Abolição, carregamos profundas marcas dos mais de três séculos de escravidão no Brasil. Em sua exposição em audiência pública sobre

a constitucionalidade das cotas raciais no STF em 2010, o historiador Luis Felipe Alencastro (2011) chama a atenção para o fato de que na maior parte do século XIX o Brasil já descumpria tratados internacionais e leis internas que proibiam o tráfico de pessoas escravizadas, o que ele considera o “pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira” (ALENCASTRO, 2011, p. 3). Mesmo no pós-abolição, não foram tomadas medidas que revertessem a hierarquização da sociedade brasileira com o racismo como fator estruturante, ou para amenizar as desigualdades.

O racismo representa um sistema em que grupos raciais distintos estão em relações assimétricas de poder e que o grupo racialmente dominante realiza uma série de estratégias para manter sua posição, mesmo que às vezes possa se manifestar de forma não consciente (MUNANGA, 2010). O caráter estrutural e sistêmico do racismo faz com que ele esteja entranhado nas relações e se expressa, por exemplo, na ideia de que é natural à condição racial de certas pessoas que elas ocupem determinadas posições na sociedade (ALMEIDA, 2019). Esses conceitos auxiliam a compreensão da sociedade brasileira, que tem a naturalização da desigualdade racial como um fator permanente.

Como é amplamente conhecido, os efeitos do passado são vistos nas diversas estatísticas do presente que demonstram a desigualdade racial em aspectos como renda, condições de trabalho, de moradia, acesso à educação básica de qualidade e educação superior, a serviços de saúde, etc. (IBGE, 2022). Também se expressa nos dados da violência, sendo os negros e pardos cerca de 70% da população carcerária brasileira (DEPEN, 2022) e a maior parte das vítimas de assassinatos, inclusive por autoria das forças de segurança do Estado brasileiro. Portanto, políticas de reparação e de combate à desigualdade racial, como a política de cotas, atendem a uma necessidade do presente e não a algo que ficou no passado.

Nos últimos anos, principalmente após a crise de 2008², vimos uma ascensão conservadora no Brasil e no mundo (NEVES, 2018). Foi um período turbulento onde ocorrem vários processos históricos. A crise econômica neoliberal se espalha piorando as condições de vida da maioria das populações, e também se expressa como crise social e política (ANDRADE, 2019; SILVA, 2019). Ao mesmo tempo, nas

² Segundo Bresser-Pereira (2010), a crise do *subprime*, desencadeada em meados de 2007 nos Estados Unidos, atingiu o setor imobiliário e bancário americano e tornou-se uma crise financeira internacional em 2008, gerando problemas que ainda perduram em nível mundial. Ele aponta a origem dessa crise na desregulação excessiva do sistema financeiro.

últimas décadas houve no ocidente um avanço da visibilidade de pautas antirracista, antimachista e anti-LGBTQfóbicas. Como resposta temos uma ascensão conservadora que também se expressa no mundo digital, que é palco de outra grande mudança do período (VALENCIA-GARCIA, 2020; GILROY, 2018; POGGI, 2018).

Segundo Paul Gilroy (2018), em países europeus e americanos que têm sua história marcadas pelo colonialismo (sendo colônias ou colonizadores) e escravidão, a questão racial é parte importante da pauta dos movimentos conservadores. Da mesma maneira que vemos o revisionismo e negacionismo histórico de outros temas sensíveis destas sociedades, como a negação do Holocausto ou dos abusos cometidos pelas ditaduras da América Latina, a questão racial é tema de disputas políticas através do revisionismo histórico sobre a escravidão.

No contexto brasileiro, são reciclados revisionismos falseadores e conservadores sobre a escravidão. Um dos aspectos frequentes do discurso conservador é trazer à discussão a existência da escravidão em África, além da participação de africanos no comércio de escravizados, como forma de desresponsabilização dos portugueses e luso-brasileiros no tráfico de escravos. Tentam, assim, deslegitimar as reivindicações atuais por políticas de reparação e combate à desigualdade raciais.

Um exemplo de grande audiência sobre o tema foi o livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. Publicado em 2009 pelo jornalista Leandro Narloch, que reforça esse tipo de visão sobre a escravidão e o tráfico negreiro. Entende-se, portanto, que esses discursos têm importância central nesta disputa a sua oposição à política de cotas.

As questões da existência da escravidão em África e a participação de africanos no comércio de escravizados são assuntos conhecidos na historiografia, como podemos ver nos trabalhos de Linda Marinda Heywood (2008), Wlamyra Ribeiro de Albuquerque e Walter Fraga Filho (2006), Estevam Thompson (2014) e Roquinaldo Ferreira (2018). E ao contrário do alegado pelos conservadores, como ficará explícito do decorrer deste trabalho, esta questão não é ocultada.

Estes temas, abordados de maneira adequada, não anulam o impacto que o tráfico Atlântico de pessoas escravizadas aliado ao modelo colonizador escravista aplicado na América (dominados pela elite de maioria predominantemente de origem europeia) trouxe tanto em modificações internas para sociedades africanas quanto

para a formação de sociedades americanas racial e socialmente desiguais, conforme Paul Lovejoy (2002) e Elikia M'Bokolo (2009).

A questão colocada aqui não é responder a um debate falseador, que apresenta uma revisão intelectualmente desonesta da historiografia, mas analisar como o fazem e refletir sobre suas motivações. Por exemplo, sobre a impossibilidade do debate com um negacionista do Holocausto, Pierre Vidal-Naquet argumenta:

Responder como, se a discussão é impossível? Como se procede com um sofista, ou seja, com um homem que parece com aquele que diz a verdade e cujos argumentos devem ser completamente desmontados para desmascarar as mentiras. Tentando também elevar o debate, mostrar que a impostura revisionista não é a única a ornar a cultura contemporânea e que é preciso compreender não somente o *como* da mentira, mas também o *porquê*. (VIDAL-NAQUET, 1988, p. 15)

Portanto, a inexistência de qualquer pressuposto em comum inviabiliza um diálogo mínimo com revisionistas e justifica a abordagem deste trabalho. Para melhor entendimento, é usado a noção de revisionismo histórico utilizado por Vidal-Naquet. Para Vidal-Naquet (1988, p. 36), o revisionismo histórico presta-se à elaboração de versões alternativas a interpretações históricas consagradas. O autor o diferencia de “revisões historiográficas” que, mesmo podendo ter resultados discutíveis, são orientadas por uma ética e prática históricas. No entanto, não é o que ocorre, por exemplo, com os negacionistas do genocídio hitlerista, que buscam deliberadamente substituir uma verdade dolorosa por uma “mentira tranquilizadora” e para isso operam uma reelaboração de evidências históricas ou mesmo seu falseamento.

Também é importante destacar o conceito de *Histórias Alternativas (Alt-Histories)* trazido por Louie Dean Valencia-Garcia (2020, p. 9). Ele chama assim as narrativas históricas construídas através de distorção intencional, respondendo a intenções do presente, e que é parte da estratégia ideológica da extrema-direita por todo o mundo. Inclusive, destaca a contribuição de historiadores revisionistas nestas tentativas de rejeitar acriticamente tanto o consenso histórico, quanto a compreensão do passado.

Dado esse contexto de resistência às cotas raciais e o revisionismo em torno da escravidão, a pergunta a ser respondida pelo presente trabalho é: como os revisionistas falam sobre a escravidão em África e a origem da escravidão negra no Brasil e como estas narrativas são articuladas para se opor à lei de cotas raciais? A partir de referências sobre o revisionismo histórico, pretende-se analisar

como dois vídeos do YouTube com narrativas conservadoras sobre o tema da escravidão se utilizam de métodos revisionistas.

Os dois vídeos do YouTube escolhidos que apresentam visões conservadoras sobre a escravidão em África e a origem da escravidão negra no Brasil são: *O Tráfico de Escravos e a Origem da Escravidão no Brasil*, do canal Impérios AD³; e *O que você nunca ouviu em um debate sobre a escravidão no Brasil*, do canal Brasil Paralelo⁴.

Nesta análise, será observada a presença de posturas semelhantes às que Vidal-Naquet (1988, p. 40) indica como princípios de um *Método Revisionista*, ao analisar o negacionismo do Holocausto: todo testemunho de quem sofreu é mentira; estudos e fontes que indiquem o contrário da teoria revisionista são tratadas como falsas, ideológicas ou são simplesmente ignorados; documentos oficiais com testemunhos diretos são lidos em sentido literal quando estão em escritos em código, mas são ignorados ou subinterpretados quando estão em sentido literal; testemunhos oficiais posteriores aos episódios foram obtidos de forma irregular.

Também serão observados procedimentos indicados por Valencia-Garcia (2020) como capazes de criar *Histórias Alternativas (Alt-Histories)*:

(1) negação histórica, que pode incluir a rejeição abjeta de arquivos e evidências históricas; (2) crença na história cíclica, ou teleológica, que pressupõe para onde estamos indo ou onde estivemos; (3) narrativas de declinação, que assumem uma teoria da degeneração no lugar da compreensão da mudança; (4) mitologização, que é criada quando os fatos são substituídos por quimeras; (5) nostalgia, por um passado imaginado que muitas vezes supõe tanto uma declinação quanto tentativas de excluir ou sublinhar seletivamente fatos e narrativas históricas; (6) a-historicismo, baseado puramente na inverdade; e (7) através de formas muitas vezes fragmentadas e tendenciosas, a história é lembrada e retratada na memória pública popular (filmes, livros didáticos, programas de televisão, etc.). (VALENCIA-GARCIA, 2020, p. 9)

Outra contribuição sobre o tema é o trabalho de Damião de Lima e Juliana Alves de Andrade (2021) que reflete sobre os desafios da educação e, principalmente, do ensino de História em um contexto de avanço de discursos revisionistas e conservadores. Eles apontam alguns elementos presentes na construção do discurso negacionista: o apoio em teorias conspiratórias; o discurso de detenção, por parte dos negacionistas, de uma verdade escondida; o discurso que a “História oficial” persegue

³ O canal Impérios AD traz conteúdos históricos no YouTube com uma abordagem conservadora e tem um dos vídeos com maior visualização sobre a temática.

⁴ Brasil Paralelo é uma produtora audiovisual conhecidamente revisionista e considerada um dos grandes difusores de discursos de extrema-direita na internet brasileira. (Picoli et al., 2020)

os organizadores e simpatizantes de regimes autoritários; e a participação dos professores na propagação da “História oficial”, que seria manipulada.

Baseado nas contribuições dos trabalhos acima, podemos citar alguns aspectos dos discursos revisionistas a serem observados nos vídeos. Sobre a visão de história, podemos avaliar a presença de teorias de degeneração da sociedade e a nostalgia por um passado imaginado. Será avaliado a presença de teorias conspiratórias embasando essas visões e o discurso de detenção de uma verdade ocultada. Relacionado a essa “ocultação da verdade”, será observado seus discursos sobre a Academia, a História e a historiografia do assunto, e sobre a Escola e os professores. Também será analisada a forma com que lidam com evidências e fontes contrárias às suas teses, ou se são simplesmente ignoradas. E outro elemento a ser observado são as formas que utilizam para dar autoridade a seu discurso.

A escolha da plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube se dá pela sua popularidade, sendo site mais visitado no Brasil em 2022 (CASAGRANDE, 2022). Esta plataforma, propriedade de uma das maiores empresas do ramo da internet, se tornou popular pela facilidade de disponibilização de conteúdo e possibilidade de um grande alcance de público. Levantamentos da empresa de consultoria Oxford Economics (2021; 2022), revelaram que em 2020 113 milhões de brasileiros declararam usar o YouTube mensalmente e, em 2021, 99% dos usuários relataram usar o YouTube para coletar informações e conhecimento. Segundo Icles Rodrigues (2019), a grande presença de conteúdos históricos e a sua audiência, mostram que esta é uma fonte importante de acesso ao público, seja geral ou de estudantes. Durante e após a pandemia de COVID-19, o uso com finalidade de estudo cresceu ainda mais.

Entretenimento e método historiográfico fake: *O Tráfico de Escravos e a Origem da Escravidão no Brasil – Impérios AD*

O primeiro vídeo do YouTube analisado é *O Tráfico de Escravos e a Origem da Escravidão no Brasil*⁵, do canal Impérios AD. Este canal apresenta vídeos de temática histórica, com foco em história política, abordando principalmente a história de

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4dL_aBQeWHs>. Acesso em 02 fev. 2023.

grandes impérios e guerras. O canal foi criado em dezembro de 2018 e tem, geralmente, um vídeo postado por mês.

Com 689 mil usuários inscritos, o canal tem a marca considerável de mais de 50 milhões de visualizações, tendo 15 vídeos com mais de 1 milhão de visualizações. O vídeo citado acima foi postado em março de 2020 e tem 876 mil visualizações⁶. Do mesmo dono, também há o canal Brasão de Armas, onde aborda história militar, principalmente da antiguidade e medieval, e tem mais de 350 mil inscritos.

Os vídeos do canal Impérios AD contam com patrocínio de jogos eletrônicos de temática militar e tem uma loja online onde vende artigos como camisetas. Nas últimas décadas, houve um grande crescimento do consumo de produtos de temática histórica, como livros romanceados ou não, jogos eletrônicos, filmes e séries, vídeos em plataformas como o YouTube e em outras redes sociais, etc. (MALERBA, 2014). O YouTube também é, cada vez mais, um importante espaço de negócios (OXFORD ECONOMICS, 2022) e podemos observar como ele é explorado pelo dono do canal. A produção de vídeos históricos também tem um aspecto mercadológico, e a audiência traz oportunidade de venda de produtos e propaganda, além da monetização paga pelo YouTube.

Os vídeos são produzidos e apresentados pelo dono do canal, Thiago Braga, que é professor na Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro. O autor se apresenta como especialista em História da Guerra e em Ciências Humanas pela PUCRS. Segundo dados públicos⁷, o autor tem graduação em Letras Português – Inglês e Especialização em Ciências Humanas: Sociologia, História e Filosofia pela PUCRS. Não foi encontrado registro de curso de especialização em História da Guerra nos endereços eletrônicos da universidade, somente um curso de extensão de 10 horas-aula⁸.

Através de seu canal no YouTube, Thiago Braga tornou-se conhecido e passou a ser convidado a participar de programas de rádio e *podcasts*, e também passou a ser colunista do jornal online conservador Gazeta do Povo, escrevendo semanalmente sobre temas históricos. Assim como em suas participações em entrevistas e em sua

⁶ Dados referentes a fevereiro de 2023.

⁷ Disponível em <<http://lattes.cnpq.br/2731724301635545>>. Acesso em 02 fev. 2023.

⁸ Disponível em <<https://online.pucrs.br/certificacao-profissional/historia-das-guerras-e-conflitos-humanos>>. Acesso em 02 fev. 2023.

coluna de jornal, seus vídeos apresentam posicionamentos conservadores em relação aos temas abordados.

O reconhecimento do autor, expresso pela sua audiência no YouTube e sua presença em diferentes espaços de mídia, traz o debate sobre a diferente forma com que a autoridade dos produtores de conteúdo histórico se constrói no espaço digital contemporâneo. A autoridade do produtor e a legitimidade conhecimento histórico produzido neste espaço não segue os critérios que a maioria dos historiadores profissionais estão acostumados na academia, mas se guia mais pela capacidade de alcançar audiência, produzir um conteúdo que entretêm ou, em alguns casos, até mesmo com a visibilidade conquistada através de abordagens polemistas. Ocupar este espaço ainda é um grande desafio para os historiadores profissionais e requer o desenvolvimento de novas habilidades e trabalho interdisciplinar com outros profissionais, conforme estudado por Jurandir Malerba (2017).

Os vídeos do canal Impérios AD tem uma apresentação jovial e humorada, intercalando animações lúdicas com a apresentação do autor em um cenário que remete a um escritório com livros e itens colecionáveis. A maioria dos vídeos tem uma narrativa superficial e carregadas de anedotas, podendo ter a adição de algumas citações de personagens históricos ou autores. A maior parte dos vídeos cita fontes em sua descrição, mas não as apresenta. O vídeo analisado aqui é um caso que se destaca pela maior ênfase em um suposto “método historiográfico”.

O vídeo *O Tráfico de Escravos e a Origem da Escravidão no Brasil* se inicia com uma animação onde um professor de História com boina do Che Guevara, em uma sala de aula que tem uma prateleira com um busto de Karl Marx e livros com nome “Doutrinação” e “Marx 4ever” (Imagem 1), e afirma que “os portugueses invadiram a África e escravizaram milhões de africanos contra a vontade dos chefes e reis africanos, que SEMPRE protegeram seu povo contra os europeus” (Impérios AD, 2020, 1min18s). A narrativa tem prosseguimento a partir da resposta de um aluno que diz que leu um relato do Rei do Congo dizendo que eram os próprios nobres e reis africanos que vendiam escravos aos europeus. É válido destacar a referência que o vídeo faz aos “nobres africanos” que escravizariam “seu povo”, generalizando as pessoas de diferentes reinos do continente como um povo só.

Imagem 1 - O professor doutrinador



Fonte: *O Tráfico de Escravos e a Origem da Escravidão no Brasil* (Impérios AD, 2020, 1min30s).

A partir do diálogo acima, a narrativa acusa uma “História Oficial” de ser ideologizada e difundida aos jovens com a ação manipuladora do professor. Conforme estudado por Andrade e Lima (2021), esta representação dos professores como agentes de uma “doutrinação de esquerda” é frequente nas narrativas revisionistas. Em seguida, na animação, dois jovens que tentam questionar esta versão oficial são agredidos por outros colegas. Não há espaço para “diálogo” fora do suposto “politicamente correto”. É preciso que novos atores sejam corajosos para o enfrentamento e tragam uma História que seja “a verdade”, que seja “neutra”.

Por diversas vezes é utilizado o recurso de falar diretamente ao ouvinte, para gerar proximidade e cumplicidade contra inimigos mentirosos. Como quando é perguntado ao espectador se ele acha que no primeiro encontro entre portugueses e o Reino do Congo houve guerra, a resposta do narrador é: “Se você acha isso, você está errado. Ou então estavam mentindo para você neste tempo todo” (Impérios AD, 2020, 7min45s).

Através da apresentação de cartas trocadas entre a Coroa de Portugal e o Rei do Congo no período de 1512 e 1566, que seriam os documentos “mais seguros e imunes a qualquer inclinação ideológica moderna”, o narrador argumenta que houve uma “cooperação amigável” no comércio de escravos e que “não há qualquer relato de guerra ou resistência violenta por parte de nenhum dos dois reinos, seja contra ou

a favor da escravatura” (Impérios AD, 2020, 20min56s). Ele também indica que usou referências de trabalhos que utilizaram estas cartas como fonte, sendo trabalhos publicados no livro “Estudos africanos: múltiplas abordagens”, organizado por professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense e, especialmente, o livro *Portugal e a Escravatura dos Africanos*, do historiador português João Pedro Marques. Voltaremos a falar destas produções bibliográficas em seguida.

Muitas das produções revisionistas têm um papel ambíguo em relação aos métodos historiográficos e à academia. Por um lado, acusam de ser dominado por pesquisadores tendenciosos e comprometidos com uma visão de esquerda do mundo e, por outro lado, reivindicam um suposto método historiográfico nos seus trabalhos, para dar legitimidade. Sobre esse falseamento de métodos da ciência histórica para dar a aparência de credibilidade a suas posições, Sonia Meneses (2019) comenta:

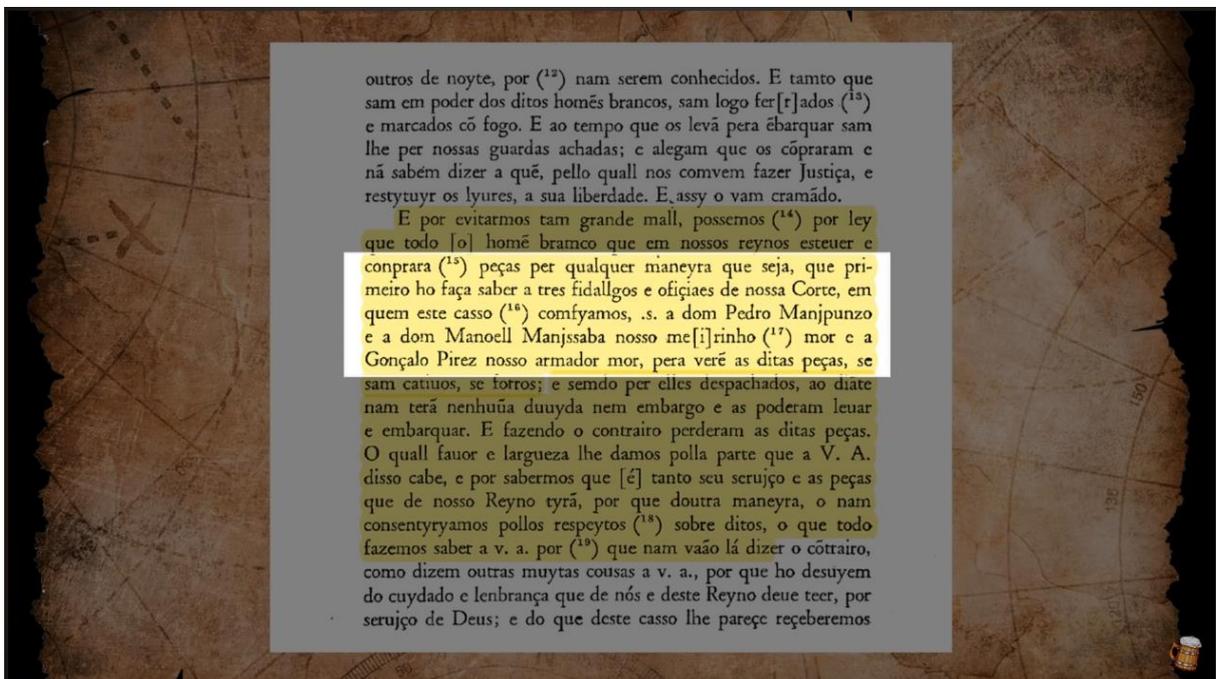
Uma relação corrosiva que mistura as reflexões do saber histórico com o conjunto de preconceitos e interesses políticos que se apresentam como se fossem a verdade desse passado, na qual os produtores dessa historiografia midiática se colocam como intérpretes e tradutores de competência assentada na produção historiográfica e projetada para o grande público. (MENESES, 2019, p. 74)

É visível em toda a narrativa, através da apresentação de fontes, indicação de bibliografia, no vocabulário e até no cenário, o autor do vídeo utiliza desses elementos para reforçar sua autoridade, com um suposto discurso de neutralidade. Também na sua própria apresentação, é insinuado uma formação como “especialista em História da Guerra”, e não corrige os comentaristas quando eles se referem a ele como professor de História.

No uso das fontes, podemos indicar algumas questões problemáticas. Para começar, o autor afirma que as cartas apresentadas fariam por si só porque “Lá, a história é contada por eles próprios, e por isso esses documentos são os mais seguros e imunes a qualquer inclinação ideológica moderna, para qualquer lado da força” (Impérios AD, 2020, 11min15s), e não como documento que necessita ser interrogado para que assim torne-se fonte histórica, no sentido empregado por Antoine Prost (2001). Além disso, é possível ver a seleção de trechos da fonte que falam o que é útil para a narrativa do autor do vídeo e a omissão deliberada e subinterpretação de outros trechos que poderiam indicar questionamentos a essa interpretação. Por exemplo: é

destacado e mostrado um trecho de uma carta que fala que o rei do Congo indicará três oficiais para fiscalizar o envio de escravizados com a intenção de provar a convivência com a escravidão, mas não é citado que a carta é uma reclamação e denúncia à Coroa Portuguesa pelas constantes compras de pessoas livres que estavam sendo escravizadas irregularmente. Mesmo em um trecho da mesma página mostrada sem destaque, fala-se sobre isso (Imagem 2). Este caso é citado, inclusive, em um artigo das referências que o autor do vídeo indica anteriormente, mas é omitido no vídeo.

Imagem 2 – Interpretação distorcida de fonte



Fonte: *O Tráfico de Escravos e a Origem da Escravidão no Brasil* (Impérios AD, 2020, 15min1s).

Como exemplo de subinterpretação das fontes, podemos citar quando as cartas relatam a proibição da compra de escravizados de Angola pelos comerciantes escravistas portugueses de Santo Tomé em troca “ampla liberdade comercial” com o Congo. Apesar de citar que o interesse do Rei do Congo era evitar enriquecimento e fortalecimento do reino rival, a narrativa minimiza a força de negociação que o Portugal tinha nesta disputa. Principalmente por possibilitar amplo acesso a armas naquele contexto de rivalidade entre reinos.

Portugal é apresentado sempre como passivo, a mercê das decisões do Reino do Congo. Esta interpretação, novamente, pode ser questionada pelos trabalhos

citados como referência. Também é importante salientar que o foco neste período inicial do comércio Atlântico de pessoas escravizadas é muito útil, pois omite por exemplo, outro artigo das referências que trata da invasão de Portugal ao Congo, em 1620, e a tentativa de imposição de um rei fantoche (FONSECA, 2013).

Além da citação dos trabalhos do livro *Estudos Africanos* pelo autor do vídeo, há a referência principal do livro *Portugal e a Escravatura dos Africanos*, do historiador português João Pedro Marques. O narrador destaca que esse trabalho teve papel chave no seu estudo. Seu campo de estudo é a escravidão e o Império Português. Marques teve participação maior em debates historiográficos em Portugal nos anos 1990 até o início dos anos 2000, conforme debates citados por Cristina Nogueira da Silva (2003) e Margarida Seixas (2015).

Hoje, seus últimos livros têm mais visibilidade entre um público conservador que utiliza seus argumentos não para complexificar as visões do tema na escravidão do passado, mostrando a agência de personagens das sociedades africanas, por exemplo, mas tentando isentar a ação de lusitanos de responsabilidade naquele contexto e minimizando as consequências do racismo e da desigualdade racial atuais⁹. Em uma coluna em um jornal online, Marques escreve textos frequentes com posições conservadoras, como de ataque ao “politicamente correto”¹⁰, negando a força do racismo na sociedade portuguesa¹¹ ou contra as cotas¹². Em seus textos, os supostos estimuladores do “conflito entre raças” são referidos como ameaçadores “revisionistas” da História de Portugal a serviço de ideologias de esquerda. Como pode-se ver, posicionamentos vão ao encontro de bandeiras conservadoras na política portuguesa, principalmente de movimentos atuais de extrema-direita (MADEIRA et al., 2021; SILVA, 2020).

No fim do vídeo, o narrador, com pesar na voz, arremata com a seguinte fala, acompanhado de mapas do *Global Slavery Index*¹³ sobre a escravidão atual:

⁹ “Novo livro de João Pedro Marques combate visão demagógica do revisionismo histórico” Disponível em: <<https://www.e-cultura.pt/artigo/30863>>. Acesso em 02 fev. 2023.

¹⁰ “O Ocidente a caminho da idiotia”. Disponível em: <<https://observador.pt/opiniao/o-ocidente-a-caminho-da-idiotia/>>. Acesso em 02 fev. 2023.

¹¹ “Portugal não era nem é racista”. Disponível em <<https://observador.pt/opiniao/portugal-nao-era-nem-e-racista/>>. Acesso em 02 fev. 2023.

¹² A pobreza é um problema, a cor da pele não”. Disponível em: <<https://observador.pt/opiniao/a-pobreza-e-um-problema-a-cor-da-pele-nao/>>. Acesso em 02 fev. 2023.

¹³ É uma classificação anual das condições de escravidão nos países em todo o mundo, organizado pela Mindereroo Foundation, fundação filantrópica com sede na Austrália.

Mas o fato é que essa tragédia iniciada há mais de 500 anos atrás continua aterrorizando a humanidade mesmo nos dias de hoje: o continente africano infelizmente segue como o campeão de escravos no mundo todo, com 10 milhões de escravos entre os seus próprios países. Lá, os africanos continuam sendo maltratados, abusados e escravizados pelos seus próprios “chefes”. Lá as autoridades locais pouco ou nada fazem para impedir tamanho desrespeito e desonra que assola a humanidade em pleno século XXI. (Impérios AD, 2020, 24min15s)

Não bastando acusar que a culpa do tráfico atlântico foi dos “africanos”, ele faz um salto cronológico de cinco séculos, omitindo o passado colonial, para reforçar sua narrativa. O espectador desatento pode não ter percebido, mas ao longo de todo o vídeo passam pela tela muitas imagens históricas representando pessoas negras escravizadas dominadas por outras pessoas negras (Vide Imagem 3).

Imagem 3- Representação da Escravidão



Fonte: *O Tráfico de Escravos e a Origem da Escravidão no Brasil* (Impérios AD, 2020, 17min29s).

Toda a argumentação do vídeo é para embasar uma frase que minimiza o debate sobre a escravidão e suas marcas na desigualdade racial presente até hoje e que é ouvida frequentemente e foi, inclusive, repetida por um ex-presidente do Brasil: “eram os próprios africanos que se escravizavam”. Sobre as posições de privilégio ocupadas por brancos, não há nada a fazer.

Para atingir o objetivo do vídeo, é construída a narrativa de suspeição da “História Oficial”, que é tendenciosa e manipulada pelos “guerreiros da justiça social”,

como ironiza o narrador, é propagada pelos professores (Impérios AD, 2020, 22min50s). A historiografia sobre o tema, que desmente a ideia de que a participação de pessoas de África no processo de escravidão foi ocultada, é simplesmente ignorada e mesmo as poucas referências citadas pelo autor do vídeo já provariam que sua afirmação é falsa. Em seguida, é utilizado um “método historiográfico” *fake* para analisar fontes que trariam “a verdade”, a “História neutra”. E assim é construída uma “prova histórica” revisionista, que consegue atender à demanda do presente de confortar e resistir a cobranças de combate à desigualdade racial.

Nostalgia e Conspiração - O que você nunca ouviu em um debate sobre a escravidão no Brasil - Brasil Paralelo

O segundo vídeo do analisado é *O que você nunca ouviu em um debate sobre a escravidão no Brasil*¹⁴, da empresa multimídia Brasil Paralelo. O vídeo foi postado no canal do YouTube da produtora e é um trecho do segundo episódio, chamado *A Vila Rica*, da série *Brasil – A última Cruzada*. A escolha deste vídeo, que também apresenta uma visão conservadora do debate sobre a escravidão, se dá pelo papel que esta produtora tem como referência da produção midiática da extrema-direita brasileira nos últimos anos (BONSANTO, 2021). Antes de iniciar a análise do vídeo, será necessário caracterizar brevemente a produtora, que já foi objeto de vários estudos.

Criada em 2016, no contexto da ascensão conservadora no Brasil, por Lucas Ferrugem, Henrique Viana e Filipe Valerim, a Brasil Paralelo é uma empresa multimídia que produz documentários, séries e vídeos curtos sobre história, política, economia, entre outros. Se apresentando como uma produtora de entretenimento e educação, ela também disponibiliza em seu canal no YouTube vídeos de assuntos variados, como futebol, literatura, música e saúde, e podcasts com convidados de várias áreas de atuação. Em comum, há uma abordagem conservadora dos temas. Seu canal no YouTube foi criado em julho em 2016 e conta com 3,3 milhões de inscritos e quase 835 milhões de visualizações¹⁵. São postados, geralmente, três a quatro vídeos por dia.

¹⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZV4DW-n0mOk>>. Acesso em 02 fev. 2023.

¹⁵ Dados referentes a fevereiro de 2023.

Para além do canal do YouTube, a Brasil Paralelo criou sua própria plataforma de streaming, onde disponibiliza produções suas e de outras fontes. Em seu site também oferta cursos e livros, e tem produções para o público infantil. Segundo seus donos, sua plataforma é mantida apenas por “membros” que podem aderir com o pagamento de mensalidades que vão de R\$ 19 a R\$ 59, portanto com faixa inicial de preço relativamente acessível, o que dá indicativo de que focam em um público variado. Na retórica de seus fundadores, presente no início dos episódios disponíveis no YouTube, os espectadores são convidados a serem “membros” da Brasil Paralelo, e não assinantes, se engajando em um projeto de disputa de sociedade, conforme analisado por Diego Martins Dória Paulo (2020).

Segundo informações de seu site¹⁶, este engajamento ajudou a empresa faturar R\$ 60 milhões em 2021, e afirmava ter 367 mil assinantes em setembro de 2022 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2022). Para atingir estas cifras, a empresa investiu intensamente em mecanismos pagos de impulsionamento de conteúdo. A empresa é a maior pagadora brasileira de anúncios no Google¹⁷ e nas redes sociais da empresa Meta, que são Instagram, Facebook e WhatsApp¹⁸. Segundo o Relatório da Biblioteca de Anúncios da Meta, a produtora é sua maior anunciante, tendo gasto R\$ 16,5 milhões de agosto de 2020 a fevereiro de 2023. A empresa é seguida no ranking pelo WhatsApp, com R\$ 14 milhões gastos, e pelo Facebook, com R\$ 3,5 milhões.

Entre suas produções, podemos citar os filmes *1964 - O Brasil entre armas e livros*, obra revisionista sobre a ditadura militar, *Pátria Educadora*, que defende que os problemas educacionais brasileiros são oriundos da influência do pensamento de Paulo Freire, e *7 denúncias: as consequências do caso Covid-19*, que, com um discurso conspiracionista e anticientificista, denunciava as medidas de isolamento social durante a pandemia como um ataque do “sistema” à “liberdade” do cidadão. Devido às informações difundidas neste último documentário, a empresa foi investigada durante a CPI da Pandemia, principalmente sobre a disseminação de

¹⁶ Disponível em: <<https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/dobro-de-faturamento>>. Acesso em 02 fev. 2023.

¹⁷ Segundo dados divulgados pelo Google, de agosto de 2021 a junho de 2022, a Brasil Paralelo foi a empresa brasileira que mais pagou por anúncios políticos em seus sistemas de publicidade, desembolsando R\$ 368 mil. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/06/produtora-brasil-paralelo-e-quem-mais-paga-anuncios-politicos-do-google.shtml>>. Acesso em 02 fev. 2023.

¹⁸ Disponível em <https://www.facebook.com/ads/library/report/?source=archive-landing-page&country=BR&_rdc=2&_rdr/>. Acesso em 02 fev. 2023.

informações falsas na pandemia de COVID-19.¹⁹ Também podemos citar as séries *O Fim das Nações*, que defende a tese da necessidade de resistir ao “globalismo”²⁰, e *Brasil - A Última Cruzada*, que exalta a colonização portuguesa do Brasil, com uma narrativa revisionista e ufanista que exalta a herança europeia e invisibiliza as contribuições das populações indígenas e afro-brasileiras na formação da sociedade brasileira (Lima, 2019).

Um dos fundadores da produtora, Filipe Valerim, na abertura do documentário *7 denúncias: as consequências do caso Covid-19*, declara que a sua obra pretende fazer parte de uma “reforma cultural” do Brasil. Clóvis Gruner e Murilo Cleto (2021) afirmam que:

Essa reforma, por sua vez, só pode ser compreendida no interior de uma estrutura de pensamento fundamentada, no Brasil, pelas ideias de Olavo de Carvalho - derrotadas nas armas, as esquerdas se imiscuíram nos setores artísticos, nos meios de comunicação e nas universidades, dando origem ao que chama de “marxismo cultural”. (2021, p. 367).

Nesta visão, qualquer pauta que desafie posições reacionárias é transformada em parte de uma “ameaça comunista” e, neste sentido, está em consonância com a extrema-direita internacional (Santos, 2021). É nesse pensamento de “combate” intelectual que se insere o vídeo que agora analisamos.

Como informado anteriormente, o vídeo é um trecho do episódio *A Vila Rica*, da série *Brasil – A última Cruzada*. A série, como já colocado, faz uma ode à colonização portuguesa do Brasil e tem 5 episódios de cerca de uma hora. Nesta série, o trecho escolhido é dedicado a discutir a escravidão, com cerca de oito minutos. O vídeo foi postado no YouTube em fevereiro de 2022 e tem 70 mil visualizações. Esta série chegou a ser veiculada na TV Escola durante o Governo Bolsonaro, sendo alvo de inúmeras críticas.²¹

¹⁹ Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=470711&ori=1>>. Acesso em 02 fev. 2023.

²⁰ Com teor conspiracionista, o globalismo existiria como pauta de homens internacionais que visam maior controle sobre os países, em um distanciamento fatal dos estados nação. Como contraste completo do nacionalismo, o globalismo faria parte de uma agenda secreta marxista conceitualizada como “marxismo cultural”, do qual uma suposta esquerda nociva acabaria, por meio de processos culturais e obscuros, com os costumes tradicionais, com os valores da fé cristã branca, assim como do amor à pátria, dentre outros.” (PENA, 2019).

²¹ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/tv-ligada-ao-mec-vai-exibir-serie-sobre-de-historia-com-visao-de-direita.shtml>>. Acesso em 02 fev. 2023.

O nome escolhido para o vídeo, *O que você nunca ouviu em um debate sobre a escravidão no Brasil*, já sugere que este trecho apresenta a revelação de algo que foi ocultado dos espectadores. Em sua descrição, traz mais elementos:

A escravidão no Brasil foi uma instituição violenta e desumana que existiu durante mais de 300 anos e foi responsável pela escravização de milhões de indígenas e africanos. A princípio, a relação de trabalho utilizada pelos portugueses foi a do escambo com os indígenas, mas logo optaram por implantar a escravidão. Historiadores como Thomas Giulliano e Paulo Cruz afirmam que o comércio de escravos já existia no continente africano muito antes da chegada dos portugueses ao seu solo. (Brasil Paralelo, 2022).

Portanto, indica que a informação que teria sido ocultada é a mesma vista no vídeo de Impérios AD analisado anteriormente, o fato da escravidão ser existente no continente africano e a ação de “africanos escravizando uns aos outros”. O fato deste ter sido um trecho escolhido a ser recortado e postado individualmente, mostra a importância que o tema representa para eles. O título chamativo já indica a ideia de que esta é uma informação central e que eles irão fazer a “revelação”, em tom conspiracionista aos moldes do indicado por Andrade e Lima (2021). Os produtores omitem intencionalmente a presença deste debate na historiografia do tema.

O sentido geral da série é de construção de um passado imaginado, idealizado e narrado de forma nostálgica, escolhendo seletivamente e distorcendo fatos para que reforcem essa visão. No último episódio, é apresentado o fim da Monarquia e início da República como um período de degeneração e crise. Esta linha narrativa apresenta uma clássica forma de revisionismo, como indicado por Valencia-Garcia (2020).

No início do vídeo fica evidente esse passado idealizado. Ele inicia com belas imagens do mar e de antigos prédios do século XIX em Salvador, Bahia. O narrador conta que Portugal fundou ali a primeira capital do Brasil, construindo os prédios administrativos, estabelecendo o sistema judiciário e construindo estruturas urbanas. Em seguida, com imagens de religiosos e cavalheiros ao fundo (Imagem 4), é narrado que governantes e clérigos “abrem mão de seus privilégios em Portugal para ajudar na construção de um novo Brasil” (Brasil Paralelo, 2022, 1min24s). Também é ressaltado que o governo armou a população para, assim, “prosperar a organização e segurança” e ser possível a realização das atividades econômicas, como o comércio e produção de açúcar, num evidente uso do passado para exaltar o discurso armamentista da extrema-direita atual. Toda a cena é construída para exaltar

“civilização” construída pelos portugueses, e somente por eles. O que há de bom no Brasil é fruto de uma herança europeia, branca e cristã.

Imagem 4 - A colonização portuguesa



Fonte: *O que você nunca ouviu em um debate sobre a escravidão no Brasil* (Brasil Paralelo, 2022, 1min20s).

Para introduzir o debate sobre a escravidão, um tema delicado e ameaçador à narrativa acima, o narrador apresenta o sujeito “engenhos de açúcar”: “Os engenhos de açúcar [...] agora eram uma realidade, e vieram acompanhados” da escravidão (Brasil Paralelo, 2022, 1min44s). Afirma que a escravidão foi uma das maiores chagas da humanidade e, seguida, entra em cena um cientista político que afirma que, apesar de moralmente condenável, “historicamente, a escravidão foi a normalidade por grande parte da história” (Brasil Paralelo, 2022, 3min6s). Com uma narrativa histórica enviesada, a escravidão é tratada quase como um acidente na História do Brasil, e não como um dos pilares do sistema colonial.

Outra questão, apresentada em duas falas, é que a escravidão não tinha um caráter racial. A fala a seguir, do historiador Flavio Alencar deixa explícito a intenção deste debate:

O que era ser escravo? Ser escravo era ser vencido numa guerra justa e perder sua liberdade ou nascer de uma mulher nessa condição. É isso que definia a base legal para ser escravo. Então, se fala muito em reparação

histórica com relação à raça e etnia, mas o fundamento da escravidão nunca foi a origem étnica. No Brasil, nunca foi. (Brasil Paralelo, 2022, 3min29s)

Apresentando distorções e ocultações sobre este debate na historiografia, a narrativa é apresentada para atender às demandas de combate a políticas de reparação e de combate à desigualdade racial do presente. Em seguida, acusando de serem fatos ocultados, são citados casos de negros no Brasil que tiveram escravos, usando casos minoritários para relativizar a questão geral da escravidão, e que o “continente africano era altamente escravocrata internamente” (Brasil Paralelo, 2022, 5min20s) e os portugueses não capturavam de forma violenta os escravizados na África.

Na parte final do vídeo, com a participação de Olavo de Carvalho, o argumento apresentado nos depoimentos é de que a escravidão islâmica era muito pior e mais violenta, descrevendo situações de violências que seriam normalmente cometidas por muçulmanos em África. Esse argumento é utilizado com o objetivo de fazer uma narrativa de “mal menor” da escravidão luso-brasileira. Também podemos destacar que esta narrativa dialoga com o aspecto islamofóbico conspiracionista do discurso de Olavo de Carvalho, em que sociedade ocidental é ameaçada pela islamização com objetivos de dominação (CRUZ, 2020). A islamofobia presente em algumas das obras da Brasil Paralelo conecta suas posições com outras expressões da extrema direita internacional.

Comentando brevemente a forma do vídeo, quero destacar algumas escolhas de montagem que, obviamente, não são ingênuas e exemplificam os métodos da produtora. No início do vídeo, a colonização do Brasil é narrada com tom laudatório e as imagens escolhidas em que aparece a escravidão são pinturas com cenas cotidianas de convívio pacífico entre brancos e negros. Ao fundo, a trilha sonora é composta por uma música instrumental em tom épico que remete à música clássica. Na segunda metade do vídeo, a música apresenta um clima de tensão, reforçando o caráter de denúncia do vídeo.

No momento em que a escravidão passa a ser o assunto do vídeo, a narração fala que o termo traz à lembrança “uma das maiores chagas da humanidade” e a “luta e dedicação dos abolicionistas” (Brasil Paralelo, 2022, 1min44s). A imagem utilizada para representar “uma das maiores chagas da humanidade”, simbolizando o sofrimento dos escravos é do quadro “Barbeiros ambulantes”, de Debret. Olhada rapidamente por quem não a conhece e influenciado pela narração, a imagem dos

dois barbeiros negros atendendo outros dois negros, confunde o espectador com uma cena de violência entre eles (Imagem 5). Já na imagem seguinte, representando os abolicionistas, é apresentada uma foto antiga com uma maioria de homens brancos (Imagem 6). Estes elementos reforçam as ideias revisionistas que a narrativa traz.

Imagem 5 - "A chaga da Escravidão"/ *Barbeiros ambulantes*, de Debret



Fonte: *O que você nunca ouviu em um debate sobre a escravidão no Brasil* (Brasil Paralelo, 2022, 2min).

Imagem 6 - Abolicionistas



Fonte: *O que você nunca ouviu em um debate sobre a escravidão no Brasil* (Brasil Paralelo, 2022, 2min9s).

Outro aspecto a observar é a forma utilizada para dar legitimidade ao discurso. Não são apresentadas fontes nem referências²², mas a apresentação dos participantes, em roupas sociais em cenários de escritório ou salas de aula, utilizando um vocabulário acadêmico, tem a intenção de dar uma aparência profissional e neutra ao discurso (Imagem 7).

Imagem 7 – Participante do documentário



Fonte: *O que você nunca ouviu em um debate sobre a escravidão no Brasil* (Brasil Paralelo, 2022, 3min15s).

Além do já citado autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho, cito também a participação de Thomas Giulliano e Paulo Cruz, destacados pela Brasil Paralelo na descrição do vídeo e referidos como historiadores. Thomas Giulliano é historiador e ficou conhecido como organizador do livro *Desconstruindo Paulo Freire*. Ele participa da série *Brasil - A Última Cruzada e Pátria Educadora*²³. Já Paulo Cruz, diferente da informação da descrição, é formado em Filosofia e é professor e palestrante. É

²² A exceção é a indicação, por Olavo de Carvalho, do livro “O genocídio velado” de Tidiane N’Diaye, que trata da escravidão perpetrada por muçulmanos.

²³ Disponível em <<https://www.escavador.com/sobre/8948863/thomas-giulliano-ferreira-dos-santos>>. Acesso em 02 fev. 2023.

colunista do jornal Gazeta do Povo e criador do curso on-line *O Brasil é um país racista?*²⁴. Paulo Cruz é um filósofo negro e ganhou destaque com posicionamentos conservadores, como contrário às cotas raciais.²⁵

Esta produção, apesar de pretender apresentar uma aparência acadêmica, não tenta mimetizar um método historiográfico, como realizado pelo autor do vídeo do canal Impérios AD, mas se baseia mais em outros elementos para construir sua legitimidade. Ao analisar o discurso do Brasil Paralelo no documentário negacionista *7 denúncias: as consequências do caso Covid-19*, Gruner e Cleto (2021) afirmam que, são desacreditadas as universidades e centros de pesquisa, acusados de “ideológicos” e que:

A essa ciência enganosa, porque “ideologizada” e à mercê de um projeto político de dominação “globalista”, o documentário contrapõe um conhecimento que se apresenta, a um só tempo, amparado pela autoridade “científica” dos entrevistados, mas ao rés do chão, porque em defesa da sobrevivência, principalmente econômica, dos patriotas, homens e mulheres de bem, frágeis ante o poder descomunal do consórcio entre Estado, ciência e mídia.(2020, p.367).

A narrativa aqui apresentada tem uma legitimação semelhante. A adesão ao discurso, por uma população que nega o racismo e sua relação com o passado escravista do país e que tem posicionamentos de oposição a políticas de reparação, se dá pela identificação com os posicionamentos e, especialmente, pela autoridade anterior dos atores conservadores que os expressam, dispensando maiores demonstrações de metodologia histórica.

Considerações Finais

O primeiro elemento visto ao se deparar com os vídeos, seus títulos, explicita um dos elementos centrais do discurso revisionista. Neste caso, mais do que um recurso retórico para chamar a atenção, ele é parte central da mensagem que se pretende passar. A ideia de que há uma verdade que foi ocultada gera uma rejeição aos responsáveis pela enganação e um vínculo com quem a desfaz. Os comentários dos vídeos, basicamente, celebram que a “verdadeira História” está sendo contada e

²⁴ Disponível em: <<https://br.linkedin.com/in/paulocruzsp>>. Acesso em 02 fev. 2023.

²⁵ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/08/cotas-nao-trouxeram-nenhum-ganho-real-para-o-brasil-diz-paulo-cruz.shtml>>. Acesso em 02 fev. 2023.

acusam os seus professores de terem mentido. Os professores são os representantes mais próximos de uma “História oficial”, que seria parte de um plano de esquerda.

Para desacreditar a versão histórica anterior, são utilizados os mais clássicos métodos revisionistas de lidar com evidências históricas, fontes e historiografia. Tudo que não reforça o argumento revisionista é ignorado ou desacreditado. Um simulacro de método histórico pode ser utilizado para dar legitimidade à narrativa, mas, dependendo do reconhecimento de quem fala, pode ser dispensado. É interessante observar que, no caso do vídeo que usa da simulação de método histórico, pode se pensar em mostrar as falhas em sua metodologia para criticá-lo. Mas se enfrentaria uma dificuldade dupla, pois além da dificuldade de responder à audiência alcançada por ele, há a predisposição de boa parte de seus seguidores acreditarem somente naquela posição, realizando uma adesão à versão mais confortável.

Concordando com Lima e Andrade (2021), neste contexto de profusão de narrativas, um dos desafios colocados aos historiadores é construir uma educação que desenvolva uma formação que fortaleça o ensino do método histórico, mas que também seja reflexiva e eticamente comprometida com os Direitos Humanos. Além disso, é importante essa disputa para fora da educação formal, ocupando, por exemplo, os espaços digitais.

Na análise dos vídeos, foi possível observar como os discursos históricos revisionistas podem ter algumas variações na sua estética, sem mudar alguns princípios revisionistas nem o centro de seu argumento. Apesar de ser mais debatido o caso da produtora *Brasil Paralelo*, por todo seu envolvimento direto na política e a linha agressiva de seus discursos, é importante notar que outros atores, como o canal *Impérios AD*, produzem narrativas históricas revisionistas com a ideia principal semelhante, mas com outras abordagens que auxiliam chegar em audiências menos radicalizadas, utilizando humor, por exemplo. Através das pesquisas sobre o tema, foi possível observar que há poucos estudos acadêmicos sobre casos semelhantes.

Sobre o tema das narrativas revisionistas, em consonância com a extrema-direita internacional que na última década teve uma grande ascensão na política, a pauta racial tem papel central nas disputas do presente, e para isso é mobilizado o passado. Podemos ver essa disputa ocorrendo também pela ação de supremacistas brancos nos EUA e na pauta anti-imigração na Europa.

No caso brasileiro, as narrativas revisionistas estão inseridas na construção de um passado idealizado, que tem como referência uma herança portuguesa,

européia, branca e cristã, e que diminui a participação de outros povos na formação do Brasil. Para isso, tem a evidente intenção de criar narrativas que minimizam o peso da escravidão na formação da sociedade brasileira, inclusive usando argumentos que culpabilizam as vítimas.

Nas disputas do presente sobre esse tema, as políticas de reparação ocupam lugar central, sendo até citada no vídeo revisionista da produtora *Brasil Paralelo*. E a principal política de reparação discutida são as cotas raciais, que sempre sofreram oposição, mas tem seu debate em alta novamente devido à necessidade de sua revisão.

É necessário citar que a população indígena, também sujeitos das cotas raciais, é vítima de narrativas revisionistas pelos mesmos setores conservadores e de extrema-direita. Os setores que constroem narrativas do passado que minimizam a escravidão, tem o mesmo tratamento sobre o genocídio indígena que é permanente desde o período colonial. No período que este trabalho é escrito, está presente nos noticiários o genocídio do povo Yanomami, que é possível devido a discursos como os analisados aqui.

A existência das cotas raciais, além de ser vista como uma ameaça a privilégios concretos e simbólicos, causa rejeição porque coloca em lei o reconhecimento pelo Estado Brasileiro das desigualdades raciais e seus fundamentos históricos. Este reconhecimento dá legitimidade às lutas que enfrentam essas desigualdades e é um golpe importante no Mito da Democracia Racial, que ainda é muito forte e tenta ser defendido pelos discursos revisionistas. Neste sentido, é possível entender que parcela da nostalgia por um passado que era bom, também possa estar se referindo há 11 anos atrás, antes da aprovação da Lei de Cotas.

FONTES

BRASIL PARALELO. O que você nunca ouviu em um debate sobre a escravidão no Brasil. **YouTube**, 1 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZV4DW-n0mOk>> (Acesso em 02 fev. 2023).

IMPERIOS AD. O Tráfico de Escravos e a Origem da Escravidão no Brasil. **YouTube**, 12 mar. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4dL_aBQeWHs> (Acesso em 2 fev. 2023).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. R. de; FRAGA, W. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **Parecer sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental, ADPF/186, apresentada ao Supremo Tribunal Federal**. 2010 Disponível em: <www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp> (Acesso em 2 fev. 2023).

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo, SP: Pólen, 2019.

ANDRADE, D. P. **Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade**. Novos estudos CEBRAP, v. 38, p. 109-135, 2019.

ANHAIA, B. C. de. A lei de cotas e a universidade pública brasileira em debate. **Revista Contraponto**, v. 4, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/78915>> (Acesso em 2 fev. 2023).

BONSANTO, A. *et al.* Narrativas “historiográfico-midiáticas” na era da pós-verdade: Brasil Paralelo e o revisionismo histórico para além das *fake news*. **Liinc em Revista**, v. 17, n. 1, 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº4.125/2021. **Altera a Lei 12.711 de 2012 a fim de dispor que as cotas para ingresso nas universidades públicas federais serão destinadas exclusivamente aos estudantes de baixa renda**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2308074>>. (Acesso em 2 fev. 2023).

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A Crise financeira global e depois: um novo capitalismo? **Novos Estudos**, São Paulo, v. 86, p. 51-72, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a03.pdf>>. (Acesso em 2 fev. 2023).

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto acaba com cotas baseadas em cor ou raça nas universidades**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/850137-projeto-acaba-com-cotas-baseadas-em-cor-ou-raca-nas-universidades/>>. (Acesso em 2 fev. 2023).

CASAGRANDE, E. **Top 100 sites mais acessados no Brasil**. 2022. Disponível em: <<https://pt.semrush.com/blog/top-100-sites-mais-visitados/>> (Acesso em 2 fev. 2023).

CRUZ, N. Islamofobia e elementos fascistas no discurso de Olavo de Carvalho e do Movimento Mídia Sem Máscaras (MSM). **Revista de Ciências Sociais: RCS**, v. 51, n. 2, p. 337-389, 2020.

DA SILVA, C. N. Resenha de Os Sons do Silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos, de J. P. Marques. **Análise Social**, 38(166), 174–188, 2003.

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – junho de 2022**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios-e-manuais/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-junho-2022.pdf>> (Acesso em 2 fev. 2023).

FERREIRA, R. África durante o comércio negreiro. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GILROY, P. Civilizacionismo, a “alt-right” e o futuro da política antirracista: um informe da Grã-Bretanha. **Revista Eco-Pós**, v. 21, n. 3, p. 17–34, 2018. DOI: 10.29146/eco-pos. Disponível em: <https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/22525>. (Acesso em 2 fev. 2023).

GOMES, I; MARLI, M. As cores da desigualdade. **Retratos: a revista do IBGE**, n.11, p.14-19, mai. 2018.

GRUNER, C; CLETO, M. “Sete denúncias”: guerra cultural e retórica antissistema no documentário da Brasil Paralelo sobre a pandemia. In: OLIVEIRA, R. CHRISTINO, D. e MACHADO JR. E (Org.). **COVID-19 e a Comunicação**. Goiânia: Cegraf UFG, p. 357-382, 2021.

HEYWOOD, L. M. **Diáspora Negra no Brasil**. São Paulo: Contexto. 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil** – 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>> (Acesso em 2 fev. 2023).

LIMA, A. N. A nação brasileira entre a cruz e a espada: apontamentos sobre a atual (re)construção de uma identidade nacional supremacista no Brasil. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 27, n. 54, p. 15–38, 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/12336>. (Acesso em: 11 fev. 2023).

LIMA, D. de; ANDRADE, J. A. de. Ensinar história em tempos de pósverdade: o que está em jogo?. **Sæculum – Revista de História**, v. 26, n. 45, p. 175–188, jul./dez. 2021.

LOVEJOY, P. **Escravidão na África: uma História de Suas Transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MALERBA, J. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, nº 74, 2017.

MARQUES, J. Cotas não trouxeram nenhum ganho real para o Brasil, diz Paulo Cruz. **Folha de São Paulo**, ago. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/08/cotas-nao-trouxeram-nenhum-ganho-real-para-o-brasil-diz-paulo-cruz.shtml>> (Acesso em 2 fev. 2023).

MARTINS, A. R. N. **A polêmica construída**: racismo e discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros. 2004. 210 f. Tese (Doutorado em Linguística)-Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

M'BOKOLO, E. **África Negra**: história e Civilizações – Tomo I (até o século XVIII). Salvador: EDUFBA, 2009.

META. **Relatório da Biblioteca de Anúncios da Meta**. Disponível em: <https://www.facebook.com/ads/library/report/?source=archive-landing-page&country=BR&_rdc=2&_rdr>. (Acesso em 2 fev. 2023).

MORAES, C.; PORTO, W. Produtora Brasil Paralelo é quem mais paga anúncios políticos do Google. **Folha de São Paulo**, jun. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/06/produtora-brasil-paralelo-e-quem-mais-paga-anuncios-politicos-do-google.shtml>>. (Acesso em 2 fev. 2023).

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 4, n. 2, 2001.

MUNANGA, K. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos Penesb**, n. 12, p. 169-203, 2010.

NEVES, L. Ascensão da direita nacionalista é planetária. **Folha de São Paulo**, out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/ascensao-da-direita-nacionalista-e-planetaria.shtml>. Acesso em: 04 de fev. de 2023.

OXFORD ECONOMICS. **Impacto do YouTube no Brasil em 2021**. Londres: Oxford Economics, 2022. Disponível em: <<https://www.oxfordeconomics.com/wp-content/uploads/2022/08/Impacto-do-YouTube-no-Brasil-em-2021.pdf>>. (Acesso em 2 fev. 2023).

OXFORD ECONOMICS. **Relatório de Impacto | YouTube Brasil 2020**. Londres: Oxford Economics, 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1e0J-ESHGWP-CprXUu-Q57tG2KM8Zs-ks/view>> (Acesso em 2 fev. 2023).

PAULO, D. M. D. Os mitos da Brasil Paralelo—uma face da extrema-direita brasileira (2016-2020). **REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 10, n. 1, 2020.

PENA, L. P. J. “Globalismo”: o discurso em política internacional sob a ideologia da nova extrema direita brasileira. **Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais**, v. 18, n. 36, p. 371-386, 10 set. 2019.

PICOLI, B. A; CHITOLINA, V; GUIMARÃES, R. Revisionismo histórico e educação para a barbárie: a verdade da "Brasil Paralelo". **Revista UFG**, v. 20, 2020.

POGGI, T. Alt-Right e a classe trabalhadora branca nos EUA: a face moderna do conservadorismo contemporâneo. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 6, n. 11, p. 326-354, 2018.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Autêntica Editora, 2019.

RODRIGUES, I. História no YouTube: Relato de experiência e possibilidades para o futuro. **CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. História pública e divulgação de história**. São Paulo: Letra e Voz, p. 73-92, 2019.

SALDANA, P. TV ligada ao MEC vai exibir série sobre história com visão de direita. **Folha de São Paulo**, dez. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/tv-ligada-ao-mec-vai-exibir-serie-sobre-de-historia-com-visao-de-direita.shtml>> (Acesso em 2 fev. 2023).

SANTOS, M. A. M. B. dos et al. **Agenda conservadora, ultraliberalismo e “guerra cultural”：“Brasil paralelo” e a hegemonia das direitas no Brasil contemporâneo (2016-2020)**. 2021.

SEIXAS, M. O trabalho escravo e o trabalho forçado na colonização portuguesa oitocentista: uma análise histórico-jurídica. **Revista portuguesa de história**, n. 46, p. 217-236, 2015.

SENKEVICS, A. S.; MELLO, U. M. O perfil discente das universidades federais mudou pós-Lei de Cotas? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 184–208, 2019. Disponível em: <<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/5980>> (Acesso em 2 fev. 2023).

SILVA, M. A. da. Os reflexos da crise econômica sobre os direitos trabalhistas no Brasil. **Revista Katálysis**, v. 22, p. 252-272, 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. CPI da Pandemia: Ministro Gilmar Mendes mantém quebra de sigilo de empresa de comunicação, **Supremo Tribunal Federal**, 2021. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=470711&ori=1>>. (Acesso em 2 fev. 2023).

THOMPSON, E. "Feliciano José de Barros: escravo de sangue negreiro (1775- 1818). In: Pantoja, S. e Thompson, E. (orgs). **Em torno de Angola: narrativas, identidades e as conexões atlânticas**. São Paulo: Intermeios, 2014, p. 111-142.

VALENCIA-GARCIA, L D. (ed.). **Far-Right Revisionism and the End of History: alt/histories**. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2020.

VIDAL-NAQUET, P. **Os assassinos da Memória: “um Eischman de papel” e outros ensaios sobre revisionismo.** Campinas: Papirus, 1988.